

Erick Wilson Pereira

Controle jurisdicional do

Abuso de Poder

no processo eleitoral

LT[®]

Resumo de Controle Jurisdicional do Abuso de Poder no Processo Eleitoral

A imperdoável intervenção do poder político, genericamente considerada, terá consequências se os atos praticados tiverem potencialidade em alterar o resultado do pleito. Essa potencialidade é de aferição subjetiva, depende da avaliação do juiz ou do tribunal.

Além dessa interdição genérica, a lei prevê proibições específicas para a indevida atuação daqueles que detêm o poder político, com pena expressamente cominada. São as chamadas condutas vedadas aos agentes públicos.

As condutas vedadas julgam-se objetivamente. Vale dizer, comprovada a prática do ato, incide a penalidade. Por isso mesmo são normas rígidas. Pouco importa se o ato tem potencialidade de afetar o resultado do pleito.

Em outras palavras, as chamadas condutas vedadas presumem comprometida a igualdade na competição, pela só comprovação da prática do ato.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)